

**COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE RUBENS PAIVA**

**PRESIDENTE – DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT.**

**17/10/2012**

**COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE RUBENS PAIVA****BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****17/10/2012****O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS - NATAL CALABRO NETO -...**

Assinatura entre as Comissões Nacional e Estadual da Verdade. Convido para compor a mesa dos nossos trabalhos o Excelentíssimo Sr. Adriano Diogo. Senhora Rosa Maria Cardoso da Cunha, membro da Comissão Nacional da Verdade. Senhor Deputado Ulysses Tassinari. Também Deputado João Paulo Rillo. Deputado Marcos Zerbini. Senhor Eduardo Valério, Promotor de Justiça representando o Ministério Público Estadual. Senhor Mario Sergio Buarque Garcia Presidente da Comissão da Verdade da OAB. Senhora Maria Aparecida de Aquino, Professora de História da USP e Mackenzie, e especialista em regime militar. Com a palavra, o Deputado Adriano Diogo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Senhoras e Senhores, estamos dando início a essa sessão, um ato importante da celebração de uma assinatura do termo entre a Comissão Estadual da Verdade que tem o nome em São Paulo, de Rubens Paiva, e a Comissão Nacional da Verdade. Eu queria já na abertura dos trabalhos, eu recebi um documento da Sra. Secretária de Justiça, Defesa e Cidadania, Sra. Heloísa de Souza Arruda, que foi designada pelo Sr. Governador para acompanhar os trabalhos da Comissão Estadual e Comissão Nacional e ela justifica a sua ausência em agenda na cidade do interior, de São Simão. Então, eu queria que o cerimonial passasse para a Dra. Rosa Maria Cardoso, que é a representante da Comissão Nacional da Verdade, as pessoas que compõem a mesa, os nossos convidados para em seguida

fazermos a leitura do termo que vamos assinar hoje à tarde. Eu queria uma cópia do termo, por favor. Antes de a gente fazer a leitura do termo, nós vamos abrir rapidamente a palavra para que as pessoas possam fazer uma saudação. Então, quero passar a palavra inicialmente para a Dra. Rosa Maria Cardoso, para falar sobre a importância desse ato, dessa cerimônia, depois para os demais membros da mesa e em seguida nós passaremos ao conteúdo da reunião que é a assinatura do termo de cooperação técnica entre essa Assembleia Legislativa e a Comissão Nacional da Verdade.

É com muita sinceridade, muita honra, muito orgulho que nós estamos recebendo aqui a Sra. representando a Comissão Nacional da Verdade, acompanhada do assessor da Comissão, Guaraci Minguardi. E eu queria passar a palavra para a Senhora.

**A SRA. ROSA MARIA CARDOSO** - Caríssimo Deputado Adriano Diogo, caríssimo Deputado Ulysses Tassinari, caríssimos membros da mesa, me desculpem que eu não vou saudar um a um para não tomar tanto o tempo de vocês. Companheiros e companheiras presentes. Companheiros ausentes, mas presentes no nosso coração, na nossa memória, na nossa inspiração, membro dessa grande família na qual nós julgamos pertencer, que é a família dos que tem necessidade e vontade de justiça, e o sentimento da injustiça que é estar em um Estado que tem duas lógicas antagônicas para perceber e enfrentar o problema do que merece punição. Tem uma lógica de punição para os desvestidos, os desdentados, os pobres e os negros que são punidos e são processados, são julgados, são condenados mesmo pelas irregularidades mais ínfimas, porque se diz que os seus equívocos, os seus crimes, as suas desordens poderiam levar a uma situação de anarquia e de caos social. Mas ao mesmo tempo esse mesmo Estado tem uma lógica de que a impunidade é necessária para que não se desorganize o tecido social, a harmonia, a ordem social em relação aos que praticaram crimes de lesa humanidade.

Mas nós não estamos aqui para discutir essas questões. Nós estamos aqui para celebrar o pacto, o acordo feito entre duas Comissões, a Comissão Rubens Paiva e a Comissão Nacional da Verdade em torno do objetivo de esclarecer e de expor ao país,

aos nossos filhos, nossos netos, aos filhos deles e aos netos deles esse passado de brutalidade, de obscurantismo, de violência, de tortura, de morte. E por que não dizer de assassinato cometido durante o período em que os perpetradores dessas violências se investiram do poder do Estado brasileiro. Então, são duas Comissões da Verdade muito importantes, muito relevantes, em especial pela responsabilidade que cabe a cada uma delas. Primeiro a Comissão da Verdade que foi tão ansiada, tão esperada, tão reclamada e que surgiu primordialmente pela luta dos familiares, das vítimas, dos militantes dos direitos humanos que nasceu plena de incompletudes e de defeitos. Mas que está aí viva, tangível e suscetível de crescer, de evoluir. E de evoluir, sobretudo no sentido de compreender o sentido mais pleno da verdade, que só se perfaz com a ideia de memória, de revelação e de justiça. E quando eu falo de justiça, eu não falo pela minha voz, eu falo também pelo entendimento da ONU através de seus estudos, através de suas diretrizes que confirmam essa compreensão de que a verdade só se concretiza com a Justiça. Mas falo também da importância da Comissão da Verdade Rubens Paiva, que se instaura, que é criada em um Estado que sediou a maior parte da inteligência da repressão e da tecnologia da repressão que se espalhou pelo país. E que é também conformada pelos militantes de sentimentos dedicados por vítimas e familiares que tem realmente entregado a sua vida a essa questão de desvendar esse passado. Eu quero enfatizar mais uma vez a importância do trabalho a que se propõem essas duas Comissões. Sobretudo o trabalho de explicar, reencontrar, desvendar as condições que se deu a morte e o desaparecimento de 142 pessoas. É verdade que a Comissão Nacional da Verdade tem se distribuído entre um conjunto de atividades e de funções que lhe foram atribuídas e que não se esgotam nessa tarefa de buscar e de esclarecer a questão das mortes e dos desaparecimentos. Isso é justo. A Comissão da Verdade tem realmente que fazer as suas reuniões, as suas audiências na maior parte dos Estados e das Federações em que ela puder. Ela tem que trabalhar nos distintos grupos em que foram criados, que não são só grupos em relação às mortes dos desaparecimentos, da autoria do esclarecimento dos locais de repressão, mas são grupos também que tem a ver com a própria história do que aconteceu durante aquele período que trata das questões do golpe, dos antecedentes, da contextualização, das razões do golpe, que trata do Araguaia, da guerrilha. E aí nós assimilamos a questão que está sendo tratada, aproximando também da questão que está sendo tratada por essa Comissão, seria

também a questão de mortes e desaparecimentos. Mas nós temos também outras Comissões que tratam de outras questões.

Agora mesmo foi criadas duas outras, a Comissão sobre militares e a Comissão sobre justiça, sobre Poder Judiciário, e tudo isso leva a um conjunto de reuniões preliminares e depois a se estabelecer um plano de trabalho, tudo isso envolvendo muito a atividade do conjunto de membros que fazem parte da Comissão. Mas eu devo enfatizar outra vez, devo dizer que nada se compara em termos de principalidade, de importância, de ser realmente crucial para nós nessa história que nós vamos contar, desse trabalho que essa Comissão de São Paulo está realizando e realizará com o apoio, a colaboração e participação da Comissão Nacional da Verdade.

Esse trabalho realmente em torno dos mortos e desaparecidos é uma questão principal para o nosso trabalho. Então, eu saúdo a todos vocês que fazem parte da Comissão, que fazem parte do nosso trabalho, que estão conosco, que tem o nosso apoio. E dizer que a Comissão Nacional da Verdade vai fazer o possível para corresponder às expectativas, e eu particularmente para corresponder às expectativas que vocês depositam em nós, no sentido de um trabalho responsável, eficiente e o mais esclarecedor possível.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Obrigado. Eu queria passar a palavra ao Deputado Ulysses Tassinari.

**O SR. ULYSSES TASSINARI – PV** - Muito boa tarde a todos e todas. Quero saudar em nome do Deputado Adriano Diogo todos os componentes da mesa, saudar a todos os Senhores e Senhoras.

Inicialmente eu gostaria de parabenizar o Deputado Adriano Diogo que com o seu empenho tornou possível que o projeto para a criação da Comissão da Verdade na Assembleia Legislativa de São Paulo se tornasse essa realidade. A Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva.

Eu recebi com muita alegria a minha indicação para fazer parte dessa Comissão como membro efetivo. E quero dizer que estou realmente à disposição. Não nos faltará empenho para auxiliar naquilo que for possível para que essa Comissão realmente tenha o seu objetivo alcançado e que nós possamos realmente resgatar e reverenciar a memória de todos aqueles que tombaram nesse período tão difícil pelo qual passou o nosso país.

Parabéns Deputado Adriano Diogo, a todos os componentes da Comissão Nacional da Verdade, e estamos a disposição naquilo que nós pudermos sermos úteis. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Queria convidar para compor a mesa o Deputado Andre Soares que é membro da Comissão Estadual da Verdade. Eu queria anunciar as presenças do Rafael Martinelli, Presidente do Fórum Permanente de Presos Políticos de São Paulo, do Sr. Anivaldo Padilha, do Conselho Mundial das Igrejas, do Dr. Iuri Carrajelescov, Dr. Hector Satudi, Dr. Claudio (ininteligível), Procuradores da Assembleia Legislativa. Da Ângela Mendes de Almeida representando o Coletivo Merlino, do Antonio Silvio Magalhães Junior, Procurador Chefe da Assembleia Legislativa e do Ivan Seixas e da Amelinha Teles.

Eu queria passar a palavra imediatamente ao Deputado Zerbini. Com a palavra, o Deputado Zerbini.

**O SR. MARCOS ZERBINI – PSDB** – Boa tarde a todos, a todas. Queria cumprimentar em nome do Presidente Adriano Diogo a todos da mesa. E só dizer que por maior que seja o esforço das duas Comissões, a gente sabe que é impossível a gente apagar a dor que cada um carrega nos corações pela perda de pessoas que cada um amava e que tem um paradeiro desconhecido. Mas na nossa tentativa irônica de fazer justiça, a gente vai tentar descobrir a verdade do que ocorreu, descobrir qual é o paradeiro dessas pessoas, não para eliminar a dor de cada um, mas para que a gente possa pelo menos ser confortado e possa usar isso como um paradigma para que não se cometa esse tipo de atrocidade no país. Então, eu fico muito feliz em que essas duas Comissões possam caminhar juntos, possam trocar informações, contribuir uma com a outra para que a gente possa dar um passo para que não aconteça mais o que aconteceu na época da ditadura desse país.

Como eu disse, a dor do coração de cada um eu acho que é impossível ser apagada, mas pelo menos quando a gente sabe o destino das pessoas que a gente queria bem e que desapareceram, o coração mantém a dor mas recebe um certo alívio. Então, espero que a gente possa como Comissão, aliviar um pouco da dor de cada pessoa que perdeu um ente querido nesse processo brutal que aconteceu no país. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Obrigado, Deputado Zerbini. Eu queria então passar a palavra ao Deputado João Paulo Rillo.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT** – Boa tarde a todos. Quero saudar e cumprimentar a todos os participantes, todos os membros da mesa. Cumprimentando o nobre Deputado e companheiro de Partido Adriano Diogo, sem dúvida nenhuma o grande responsável pela instalação da Comissão da Verdade Estadual aqui na Assembleia Legislativa, foi pioneiro no debate aqui na Assembleia Legislativa e

felizmente, São Paulo que lidera tanto exemplo ruim de atraso e de posições reacionárias, conseguiu sair na frente e consolidar a Comissão.

Comissão que é de extrema importância não só para fazer justiça, confortar e dar o direito as famílias a saberem o destino daqueles que lutaram bravamente a democracia nesse país, mas também para reforçar a luta contínua pelo aperfeiçoamento da democracia. Eu costumo dizer que o Brasil saiu da ditadura, mas a ditadura não saiu do Brasil. ela muda de face e a gente vê diariamente retrocessos.

E é muito importante a gente entender porque as pessoas morreram, foram presas, torturadas e sumidas. O mais importante de tudo é isso. Elas tinham uma causa. A causa da liberdade. E me assusta muito nesse país as faces, os resquícios que existem até hoje, vide a criminalização dos movimentos sociais que persistem, a judicialização da política, que é um risco a democracia, é um risco permanente ao direito, a liberdade de expressão, liberdade de organização, então, a luta da Comissão da Verdade é isso. É a luta do aperfeiçoamento da democracia e enterrar de vez o resquício, o espírito que ainda ronda o Brasil e ameaça de algumas maneiras a liberdade plena nesse país.

Então, parablenzo aqueles que lutam permanentemente, que lutaram no passado e que continuam lutando por liberdade plena nesse país e parablenzo a Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa na pessoa do meu grande companheiro Adriano Diogo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Obrigado, Deputado Rillo.

Acabou de chegar o Procurador Regional de São Paulo, Dr. Sérgio Oyama. Eu quero acompanhar a mesa. Eu só vou fazer uma fala da organização do trabalho. Nós vamos dividir o trabalho em duas fases. Eu vou fazer uma proposta, divisão dos trabalhos em duas fases. Eu vou aproveitar a presença dos Deputados, o Deputado Andre Soares vai fazer uso da palavra e aí na presença dos Deputados nós vamos firmar



o termo de cooperação técnica. Aí nós encerramos essa primeira fase mais formal, da assinatura do documento e de estabelecimento do convênio e partimos para a segunda fase que é a fase das falas, do conteúdo, do objeto da reunião. Então, eu vou dar esse encaminhamento porque eu sei que tem coisas importantes que são novidades, que estão ocorrendo que o Procurador Sergio Oyama vai apresentar. Mas eu queria encerrar a primeira parte formal dos trabalhos, que é a parte dos Deputados, do termo de cooperação. Aí eu libero os Deputados, lógico que os Deputados que quiserem e puderem permanecer vão ficar o tempo todo. E aí a gente passa para a parte mais política, mais de conteúdo. Então, sem mais delongas eu queria passar a palavra ao Deputado Andre Soares que dá uma contribuição importantíssima para a existência da Comissão Estadual da Verdade. Com a palavra, o Deputado Andre Soares.

**O SR. ANDRÉ SOARES – DEM** – Boa tarde a todos. É com imensa satisfação que participo dessa cerimônia tão importante da Comissão Rubens Paiva. Cumprimentar o Senhor Presidente bem como todos os membros da Comissão da Verdade Nacional. Ressaltar que não só quem sofreu nesse período da nossa história tem interesse na verdade. Na realidade toda a nossa sociedade anseia por respostas. Espero em Deus que o nosso trabalho seja acima de tudo esclarecedor e que possamos ao final, dizer que a verdade foi contada, a verdade existe, para que haja justiça. Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Obrigado Deputado. Então, eu vou fazer a leitura só do primeiro parágrafo do acordo de cooperação para que a Dra. Rosa Maria Cardoso, representando a Comissão Nacional e os Deputados aqui presentes possa firmar esse termo para que a gente possa dar sequência embora a assinatura desse documento é a questão central da reunião de hoje.

‘Acordo de cooperação técnica que entre si celebram a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. A Comissão Nacional da Verdade, instituição criada pela Lei 12.528 de 12/11/2011 com sede em Brasília, Distrito Federal no Centro Cultural Banco do Brasil, 2º andar, Portaria Um, setor dos clubes sul trecho Dois, aqui representada por Rosa Maria Cardoso da Cunha na forma do Inciso 7º do Artigo 4º da Lei número 2.528/2011 e do Artigo 11 do regimento interno, doravante denominada Comissão Nacional da Verdade e de outro lado a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, aqui representada pelo seu Presidente Senhor Deputado Adriano Diogo, doravante denominada Comissão da Verdade Estadual Rubens Paiva, resolvem firmar o presente acordo de cooperação técnica que será regido pelas seguintes cláusulas...’

E aí o documento segue. Só para acrescentar, existe um documento em anexo, que é o anexo um que é o objeto dessa Comissão estadual. Essa Comissão estadual, se os Srs. me permitam eu vou ler, o anexo um foi elaborado a partir de um objetivo geral da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo que é investigar cada caso apresentado na Comissão e encaminhar os resultados para a Comissão Nacional da Verdade por meio de relatórios. Durante esse período de busca os familiares utilizam os termos ‘desaparecidos’ e ‘mortos oficiais’. O termo ‘desaparecido’ é usado para definir a condição de pessoas sob as quais as autoridades governamentais jamais assumiram ou divulgaram a prisão e morte, apesar de terem sido sequestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão. Foram consideradas pelo Estado pessoas foragidas até a publicação da Lei 9.140 de 04/12/1995. O termo ‘morto oficial’ define a situação de pessoas que foram presas e cuja morte foi reconhecida publicamente pelos órgãos repressivos. Muitas vezes, porém, tem sido necessário localizar os restos mortais enterrados com nomes falsos, um ato de ocultação de cadáver, pois as autoridades, apesar de saberem a verdadeira autoridade dos mortos, como comprovam documentos localizados no arquivo do DOPS e de vários Estados enterraram com nomes falsos. Considerando essa terminologia, a lista de nomes foi organizada de acordo com o seguinte critério, pessoas desaparecidas em São Paulo, pessoas desaparecidas em outros locais, mas nascidas em São Paulo, pessoas mortas em São Paulo, pessoas mortas em outros locais, mas nascidas em São Paulo. Essa lista não limita a ação investigatória da

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, que deverá se estender aos sítios de memórias, aos arquivos e outros casos e fatos.

Então, em seguida aparece o nome das 140 pessoas classificadas nessas quatro categorias, desaparecido em São Paulo, desaparecido em outro lugar e nascido em São Paulo, morto em São Paulo, e morto em outro lugar e nascido em São Paulo. Então, na sequência tem 140 nomes no anexo que consta nesse documento que é o objeto do trabalho dessa Comissão Estadual Rubens Paiva. Então, nessa cerimônia, nessa data com a presença dos Deputados Marcos Zerbini, Ulysses Tassinari e João Paulo Rillo, e Adriano Diogo, e pela Comissão Nacional a Dra. Rosa Maria Cardoso, nós faremos. Então, eu queria convidar a Dra. Rosa que assina inicialmente o documento, Deputado Ulysses Tassinari, Deputado Zerbini, Deputado Andre Soares, Deputado João Paulo Rillo.

Então, Dra. Rosa Maria Cardoso, agradecemos a sua presença, o seu apoio.

O que significa esse simbolismo? Qual é a importância desse convênio? A Comissão Nacional foi criada na forma da Lei aprovada pelo Congresso Nacional, e ela tem poderes que a Lei que a originou gerou. A Comissão Estadual da Verdade na assinatura desse convênio tenta obter através desse convênio que a Comissão Nacional da Verdade os tem, para abrir arquivos, acessar documentos e para saber coisas que o povo brasileiro aguarda há 40 anos. Muito obrigado.

Agora vamos passar para a segunda parte da reunião. Os Deputados que queiram continuar são parte integrante, mas se precisarem se retirar, (inaudível – fora do microfone). Muito obrigado, Deputados.

Estou fazendo tudo certo por enquanto. Ainda não dei nenhuma bola fora. Porque tudo isso não ia acontecer sem o trabalho de principalmente duas pessoas. Amélia Teles e Ivan Seixas. Muito obrigado. Deveriam assinar como testemunhas e fiadores dessa cerimônia, porque se não fossem os 40 anos de luta e resistência, nem Comissão da Verdade haveria.

Na sequência, queria passar a palavra ao Dr. Eduardo Valério representando o Ministério Público Estadual.

Então, vamos organizar agora a nossa parte do conteúdo. Chegando agora a Rosalina Santa Cruz, Idibal Pivetta, tantas pessoas importantes que a gente vai nominar ao longo da cerimônia. Eu também tenho que me organizar um pouco emocionalmente para que a gente possa prosseguir. Com a palavra, Dr. Eduardo Valério.

**O SR. EDUARDO VALÉRIO** – Senhor Deputado Adriano Diogo, Dra. Rosa Cardoso da Cunha, na pessoa de ambos, cumprimento os demais integrantes da mesa, os Senhores e Senhoras aqui presentes. Estamos hoje nesse momento vivendo mais um passo importante na história recente do país, na construção de uma sociedade justa e solidária. Houve um tempo em que construir uma sociedade no Brasil justa e solidária era uma bandeira no Brasil, era um slogan, era uma motivação de grupos democráticos. Hoje é um mandamento constitucional. Isso consta no início da nossa Constituição da República e dessa maneira nos obriga a todos nós, cidadãos brasileiros a lutarmos para que haja no Brasil justiça e solidariedade. E não é possível construir justiça e solidariedade sem que nós busquemos no passado recente do país o que de fato aconteceu e coloquemos as coisas nos seus devidos lugares. A Comissão Nacional da Verdade, representada nesse ato pela Dra. Rosa e a Comissão da Verdade Estadual, dos Deputados e presidida pelo Deputado Adriano Diogo tem o papel no Brasil e em São Paulo de trazer para o conhecimento dos brasileiros exatamente o que aconteceu nos anos de 64 a 85. É preciso que todos nós brasileiros de hoje, mas, sobretudo os brasileiros de amanhã saibamos que aqueles que tomaram o poder a partir de um golpe de Estado romperam a ordem democrática e a partir daí perseguiram, mataram, torturaram, feriram, são os algozes da nação. E que aqueles jovens corajosos que lutaram em defesa da liberdade e da democracia e que foram mortos, perseguidos ou desapareceram, esses é que precisam ser valorizados. Eles que devem dar nomes às praças, avenidas, elevados, e não os torturadores, e não aqueles que violaram a democracia.

E é isso dentre as outras grandes questões, que cada brasileiro espera da Comissão Nacional, das Comissões Estaduais, das Comissões locais, da Comissão da

OAB, e o Ministério Público sai da Constituição de 88, ao final exatamente daquele período de obscurantismo como um dos garantidores da ordem democrática. E se nós estamos falando de construir democracia, de construir sociedade justa e solidária, é preciso que as instituições de Estado como o Ministério Público estejam presentes. Não era possível que como um momento como hoje nós não estivéssemos, pelo Ministério Público Estadual, trazendo um empenho e mais do que isso, oferecendo para auxiliar nos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade.

O Ministério Público é um órgão de Estado, mas que só faz sentido sua existência se estiver irmanada com a sociedade civil na busca dos valores democráticos. É a única coisa que legitima a atuação de Promotores de Justiça. Nesse sentido, em nome da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, nós estamos aqui hoje como coordenador de direitos humanos do Ministério Público de São Paulo, exatamente para marcar a presença de uma instituição que hoje tem mais do que nunca um compromisso com a democracia, de uma instituição que no Estado de São Paulo busca rever os seus caminhos e tentar inverter essa lógica perversa a que se referia a Dra. Rosa no início em que a impunidade marca os detentores do poder, e a punibilidade atroz e cruel cai impunivelmente sobre as classes menos favorecidas.

E é exatamente para que tenhamos o Ministério Público mais voltado para os interesses da sociedade e menos para os interesses do Estado, que nós estamos buscando uma parceria também com a Comissão Estadual, oferecendo um termo de parceria para que possamos colaborar e construirmos juntos essa justiça de que precisamos, para que viremos à página, mas virar a página só depois de lê-la, interpretá-la e, sobretudo, aprender o que não há de ser feito mais. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Hoje à tarde nós vamos falar de uma Professora da USP, da história da vida dela e de uma injustiça e uma crueldade enorme que é feito ainda hoje com essa moça. Eu queria então pedir para a Professora Maria Aparecida Aquino, como Professora da USP, como pesquisadora,

evidentemente que depois nós vamos abrir a palavra para o pessoal da Química, Centro Acadêmico, os Professores, mas eu queria que a Professora fizesse uma saudação em nome de todas essas pessoas que deram aula na USP. E como Ana Rosa Kucinski é vista como uma demissionária, uma desídia. Então, com a palavra a Professora Maria Aparecida Aquino.

**A SRA. MARIA APARECIDA AQUINO** – Eu queria cumprimentá-lo em nome de todos os presentes e em nome de todos os membros aqui na mesa, através de duas pessoas que eu tenho uma identificação muito grande, que é o Deputado Adriano Diogo, um companheiro nosso de muitos anos e de todas as lutas com quem sempre podemos contar e nosso representante na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. E saúdo também todos os presentes e todos os outros membros da mesa em nome da Dra. Rosa Maria Cardoso, não só pelo fato de hoje fazer parte da Comissão Nacional da Verdade, mas por uma luta de toda a vida. Ou seja, uma das pessoas aqui por quem eu tenho respeito, porque ousou ter coragem quando ninguém tinha. Então, é muito fácil você ter coragem quando é possível ter coragem. Agora, é muito difícil quando poucas pessoas têm. Então, essa saudação é fundamental.

Eu queria dizer o seguinte, que ao contrário do que se possa imaginar, é a USP que se sente engrandecida e se sente louvada quando existir integralmente a reintegração de um dos seus quadros tão importantes que é o quadro de Ana Rosa Kucinski. Não é o contrário. Ninguém está fazendo um favor a Ana Rosa Kucinski e a sua família efetivamente. É a universidade que se sente engrandecida e honrada quando isso efetivamente se regularizar. Esse absurdo deixar de acontecer. E queria fechar a minha fala apenas lembrando, como sou historiadora, de um historiador. Um historiador que eu mais respeito e admiro, um historiador norte americano especialista na revolução francesa chamado Robert Darnton, ele estuda a revolução francesa e vê os seus mortos. E ele pergunta o seguinte, afinal de contas, qual é o papel de um historiador? E ele conclui com uma coisa muito bonita e que eu levo para a minha vida, que é que se pelo menos nós conseguíssemos fazer justiça aos mortos, nós já faríamos alguma coisa.

Então, é disso que se trata aqui. Fazer justiça aos mortos e, portanto, honrar a sociedade brasileira. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Bom, embora o prédio onde funcionava a diretoria (inaudível – fora do microfone) Doutor Mario Sergio Duarte Garcia da Comissão de Direitos da OAB, meu amigo, meu irmão Idibal Pivetta, está muito difícil recuperar o prédio onde funcionou a auditoria de guerra, para que pudéssemos fazer o memorial dos advogados que resistiram da ditadura, a OAB continua firme na sua perspectiva e na organização da Comissão da Verdade. Eu queria pedir ao Dr. Mario Sérgio Duarte Garcia, Presidente da Comissão da Verdade da OAB que usasse a palavra.

**O SR. MARIO SÉRGIO DUARTE GARCIA** – Senhor Deputado Adriano Diogo, ilustre e valoroso Presidente da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que honra a Comissão. O Deputado Adriano Diogo como lutador, batalhador, pela recuperação do que nós todos estamos a perseguir e que teve a feliz ideia de nomear essa Comissão da Verdade, Comissão da Verdade Rubens Paiva. Uma das maiores vítimas ainda insepultas do registro histórico da violência cometida do assassinato de que foi vítima.

Eu queria também saudar a Dra. Rosa Maria Cardoso que aprendi a admirar pela sua história de luta no período em que devotou toda a sua ação como advogada na defesa dos presos políticos valorizando-se para vir a compor a Comissão Nacional da Verdade, coordenada pelo Ministro Gilson Dipp, e que infelizmente não pode estar aqui presente porque tenho certeza que ele aqui compareceria, não fora uma circunstância que ele tem. Ainda hospitalizado, mas que certamente suplantarás as dificuldades de saúde para continuar com essa importantíssima Comissão.

Eu venho aqui atendendo a um convite do Deputado Adriano Diogo que recebi ontem à noite. Não que ele a tivesse feito à véspera dessa solenidade, mas é que eu estava fora de São Paulo e chegando a São Paulo em minha casa a noite, ainda acessando os emails vi o convite, eu comuniquei imediatamente a possibilidade de aqui comparecermos, para que eu pudesse trazer o testemunho da Ordem. O apoio da OAB em um trabalho tão importante como esse que vem sendo realizado pela Comissão da Assembleia Legislativa, pela Comissão Rubens Paiva, ao firmar esse importantíssimo documento que vai unir os esforços dessa Comissão. (ininteligível) a Comissão Nacional da Verdade, nos dados, nas pesquisas, naquilo que puder descobrir e que não possa ter chegado ainda ao conhecimento da Comissão Nacional da Verdade.

Honra-me presidir a Comissão criada pela nossa seccional da OAB. Na verdade convidado para dela participar, fui surpreendido com um convite para presidi-la. Entendia ou entendo quem deveria estar na Presidência dessa Comissão seria um daqueles advogados que valorosamente lutaram na defesa de presos políticos, que sofreram as consequências das perseguições, das prisões, das violências, e dentre eles está aqui presente o Idibal Pivetta, um exemplo vivo da coragem e do valor dos advogados, que foi tão salientado por ocasião da instalação da Comissão da OAB quando o Ministro Gilson Dipp disse que São Paulo tem sido o maior em tudo. E foi o maior na iniciativa aqui da Assembleia Legislativa e da OAB no sentido que busquemos descobrir a verdade histórica, que possamos fazer um registro daqueles que foram esquecidos, daqueles desaparecidos e muitos sepultados sem que fossem identificados.

Sorte que a minha presença hoje aqui é uma presença que significa a adesão da Ordem ao trabalho que ela pode fazer no sentido de colaborar com a Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa, no sentido de trazer o depoimento de advogados que ficaram esquecidos porque não foram lembrados ou sabidos como envolvidos de alguma forma, seja na defesa dos presos políticos, dos perseguidos políticos, seja até individualmente eles mesmos vítimas da opressão militar. Nós ultrapassamos a fase de querer levar a responsabilização criminal, porque também nós advogados lutamos pela anistia política.

Eu era Presidente da Ordem dos Advogados de São Paulo entre 1979 e 1981 e tinha oportunidade de visitar juntamente com o Presidente Nacional da Ordem, Eduardo



Selber Fagundes, vários presos no presídio aqui em São Paulo. E lutávamos pela anistia. A anistia acabou atrasando o benefício àqueles perseguidos, mas que acabou sendo deliberada diante do alargamento do perdão. Enfim, ultrapassamos esse aspecto e estamos agora à busca da verdade histórica e o registro daqueles que tanto lutaram, tanto sofreram e que são ainda sepultados no esquecimento.

E também vamos valorizar aqueles que mais lutaram pela nossa redemocratização de país. O Deputado Adriano Diogo mencionou a tentativa que a Ordem está a fazer no sentido de obter a posse do prédio da Brigadeiro Luiz Antonio onde funcionou o órgão de julgamento de presos políticos. Lugar histórico onde muitos sofreram as consequências da opressão e do julgamento menos justo, que infelizmente em vários casos acabaram sendo, ou obtendo a justiça daquilo que se perseguia no sentido da sua libertação, pelos julgamentos feitos pelo Superior Tribunal de Justiça. Idibal Pivetta é um exemplo vivo do que nós advogados, nós brasileiros sofremos. Sorte que não podia deixar de estar aqui presente trazendo a adesão da OAB, dos advogados paulistas e quem sabe também, dos advogados brasileiros, porque também o Conselho Federal está a anunciar a criação de uma Comissão Nacional da Verdade a nível federal.

E me congratulo com a ideia do Deputado Adriano Diogo porque partiu dele uma sugestão dirigida ao Presidente da Ordem de São Paulo, e na semana passada eu recebi uma informação. Uma adesão do Ministério Público Federal no sentido de fornecer subsídios e colaboração que a Ordem possa vir a obter para a sua administração, sua posse e a possibilidade por isso, de ali erguer um monumento em relação aos perseguidos políticos. Um monumento que traga e torne efetivo esse registro histórico de tanta perseguição. Nós estamos atrás da história. Nós estamos atrás do registro, e aqueles que aqui estão presentes também, sofreram tanto por esse período triste da nossa nação.

Eu vou dar um depoimento muito singelo final. Eu tive um filho que faleceu há sete anos, aos 50 anos de idade, cineasta, que cursava no ginásio já no segundo ciclo. Um dia eu recebo um telefonema de um cunhado que me visitava e lá encontrou um camburão da Polícia Militar que estava atrás do meu filho. Não sabia de nada. Eu estava em casa da minha mãe de onde vim hoje, e ela tem 102 anos, e naquela ocasião estando lá tive essa notícia e eu me dirigi a minha casa, deixando meu filho que estava em

minha companhia na casa de um irmão. Lá chegando me apresentei e o Tenente que estava no camburão dizia que queria conversar com o meu filho, precisava levá-lo para um depoimento, era para o DOI-CODI. Depois com uma dificuldade muito grande eu disse ‘ele vai, se não tiver outra alternativa. Mas vai comigo e sai comigo.’ E foram horas de extrema preocupação que eu tive naqueles dias ao ir na casa do meu irmão, trazer o meu filho para o carro, dizer vai comigo e sai comigo, levá-lo até o DOI-CODI para ele prestar um depoimento e lá ficou durante quatro horas mas tive a felicidade e a tranquilidade de poder levá-lo de volta a casa. O que mais me entristeceu nesse episódio que eu vivi foi à preocupação dos pais em relação aos filhos que vinham sofrendo esse tipo de violência e que não tinham condições por sua idade, até mesmo de florescer, de poder lutar pela democracia, porque seus próprios pais por uma razão natural e ilógica não queriam que os seus filhos se envolvessem ainda que eles viessem a se envolver.

Então, como já estou velho, eu trago aqui histórias. Muitas das quais os Senhores já conhecem melhor do que todos nós. Mas eu quero, tendo oportunidade de ao presidir a Ordem dos Advogados de São Paulo, ao presidir o Conselho dos Advogados de São Paulo, dizer que eu acompanhei, vivi e sofri com os advogados. E a Ordem lhes deu sempre apoio para que pudesse lutar pela democratização do país, e agora está a batalhar para que o registro histórico venha à tona, para que possa ser feito para que a gente possa homenagear infelizmente aqueles que já não estão mais entre nós, e foram vítimas da repressão ditatorial da nossa pátria.

Congratulo-me com o Deputado Adriano Diogo, com a Assembleia Legislativa e trago aqui todo o apoio da OAB Seção São Paulo, com o seu trabalho paralelo, mas certamente no mesmo rumo, no mesmo objetivo, no mesmo ideal que levou a criação da Comissão da Assembleia Legislativa. E cumprimento a Assembleia Legislativa na pessoa do Presidente dessa Comissão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Então, vamos ouvir o Dr. Sergio Oyama do Ministério Público Federal.

**O SR. SÉRGIO OYAMA** – Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite e parabenizo tanto a Comissão da Verdade na figura da Dra. Rosa Cardoso quanto a Comissão Estadual da Verdade, na figura do Deputado Adriano Diogo, por essa iniciativa de assinar esse convênio na data de hoje.

As Comissões da Verdade tem um papel muito importante no que diz respeito aos desafios de Estados que enfrentam a transição, Estado que passam do papel militar para o sistema democrático. Um desses desafios é esse esclarecimento da verdade, o esclarecimento cabal envolvendo crimes e arbitrariedades cometidas pelo regime militar brasileiro. O segundo desafio que é igualmente importante e igualmente exaltado no âmbito nacional é o desafio de se fazer justiça. Ou seja, é de fazer justiça. O desafio de promover a responsabilização daquelas pessoas que cometeram graves violações de direitos humanos cometidas no regime militar. E é nesse tópico, nesse desafio que entra o Ministério Público e nós, particularmente, do Ministério Público Federal.

Nós temos enfrentado esse desafio inicialmente propondo ações civis públicas, contra os agentes da repressão envolvidos em atos de violação de direitos humanos e a partir da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que condenou o Brasil no caso Gomes Lund, na Guerrilha do Araguaia versus Brasil a promover a investigação dessas graves violações de direitos humanos e independentemente da Lei de Anistia e da prescrição penal a partir dessa sentença da Corte que determinou então que a Lei de Anistia não é válida no Brasil por conter preceitos que violam direitos firmados, obrigações firmadas pelo Brasil no âmbito nacional, é que o Ministério Público então assumiu essa importante tarefa de investigar e promover a responsabilização criminal de agentes da ditadura. Três ações penais que hoje a novidade que eu trago para vocês foi que justamente nessa data, por uma coincidência, foi protocolada a quarta ação penal por crimes cometidos no regime militar. Mais particularmente nós protocolamos aqui na Justiça Federal de São Paulo agora pela manhã uma ação penal contra o Ex-Comandante do DOI-CODI e Coronel aposentado Carlos Alberto Brilhante Ustra, contra o Delegado aposentado Alcides Singilo que foi Delegado do DOPS no período

da ditadura militar, e contra o agente responsável pela prisão, pelo sequestro da vítima, na época o agente integrante da equipe do Delegado Fleury, Carlos Alberto Augusto, que hoje é Delegado de Polícia Civil do Estado de São Paulo. Então, hoje foi proposta a ação penal pelo sequestro da vítima Edgar de Aquino Duarte. O Edgar de Aquino Duarte é conhecido de muitos presos políticos porque ele permaneceu durante dois anos preso sem nenhuma comunicação clandestinamente, primeiramente no DOI-CODI e depois no DOPS. O único crime cometido pelo Edgar Duarte foi ser companheiro de apartamento do famoso e famigerado Cabo Anselmo. O Cabo Anselmo foi preso e quando ele foi solto após delatar seus companheiros e se tornou infiltrado para que ele não fosse descoberto, a sua entidade de infiltrado não fosse descoberta é que então o Edgar foi preso, mantido preso e sequestrado durante dois anos, e depois quando a máscara de delator do Cabo Anselmo caiu após o massacre da Chácara São Bento, em Pernambuco, o Edgar Aquino Duarte se tornou um problema para a ditadura, a repressão, e então desapareceram com ele após dois anos de prisão no DOI-CODI e no DOPS de São Paulo. A prisão dele está testemunhada por dezenas de presos políticos, sete desses presos foram ouvidos pelo Ministério Público em termos oficiais. Confirmaram a prisão de Edgar Aquino Duarte. Nós temos aqui duas testemunhas arrojadas pelo Ministério Público como testemunhas da prisão de Edgar Aquino Duarte e a prisão dessa vítima também está documentada em documento oficial do próprio DOI-CODI, atestando que o Edgar Aquino Duarte foi preso no dia 13 de junho de 71. Está dizendo aqui que ele não pertencia a nenhuma organização terrorista e que ele foi preso para averiguações. Aqui está o endereço de trabalho dele, era um corretor da Bolsa de Valores, e como eu disse o único crime cometido pelo Edgar foi ser companheiro do Cabo Anselmo. E há provas contundentes de que o Edgar foi sequestrado por um agente do Fleury, levado ao DOI-CODI, cujo Comandante era o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e depois mantido no DOPS, onde um dos Delegados era o Delegado Alcides Singilo que em um habeas corpus impetrado por um advogado da família, disse que o Edgar não estava preso no DOPS, quando na verdade ele estava preso no fundão do DOPS.

Então, por esses fatos que foram apurados a cerca de um ano de investigações feitas pelo Ministério Público é então que o Ministério Público Federal concluiu que essas três pessoas são responsáveis pelo sequestro do Edgar Aquino Duarte e nós então

estamos levando essa ação penal hoje na Justiça Federal de São Paulo. São duas ações penais, as quatro ações penais que foram propostas, duas já foram recebidas. Em Marabá uma contra o Coronel Sebastião Curió e outra contra o Coronel Lício Maciel pelo sequestro de seis militantes da guerrilha do Araguaia. Então, nós agora esperamos e contamos com o apoio tanto da Comissão quanto do movimento social que está envolvido nisso, para que haja uma pressão junto a Justiça Federal de São Paulo a fim de que a Justiça Federal de São Paulo faça justiça, receba a denúncia e permita então que essas pessoas sejam responsabilizadas por tão grave crime. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Muito bom. Vamos lá. Agora a Comissão de Familiares Mortos e Desaparecidos Políticos vai entregar para a Comissão Nacional da Verdade três documentos militares de 1993, um do Exército, outro da Aeronáutica e outro da Marinha sobre pessoas presas, mortas ou desaparecidas. Em um desses documentos tem uma citação da Ana Rosa Kucinski. Então, vai ser feita a leitura de uma carta escrita em 93 pelo irmão de Ana Rosa, Bernardo Kucinski. E a distribuição dessa importante fase da reunião, da entrega dos documentos.

**A SRA. AMELINHA TELES** – Boa tarde. Eu queria cumprimentar todas as pessoas, agradecer por esse comparecimento, e cumprimentar principalmente a Rosa Cardoso e lembrar que a Rosa em um momento muito difícil da minha vida (da vida de muitas pessoas, mas eu especialmente). Eu ali incomunicável no DOPS, ali eu fiquei durante seis meses e foi a Rosa Cardoso que quebrou essa incomunicabilidade. Essa coragem que foi colocada aqui pelo colega dela, ela foi que salvou a nossa vida. A minha, a do Cesar, a dos meus filhos e de muitas pessoas. Então, eu queria fazer esse agradecimento em público e lembrar da importância dela ontem e hoje na Comissão da Verdade.

E queria também cumprimentar o Sergio Oyama e o Ministério Público Federal pela iniciativa de buscar esse esclarecimento e buscar o esclarecimento dos crimes da ditadura, buscar justiça com esse esclarecimento, com essa ação que ele acaba de anunciar aqui que deu entrada hoje na Justiça Federal.

Eu sou uma das testemunhas. Eu e o Ivan que está aqui, testemunhas do Edgar Aquino Duarte, nós vimos por muitas vezes o Edgar dentro do DOPS e como foi construído o desaparecimento deles, porque eles mesmos contavam que um dia ele ia ser solto e ia ser julgado. E ele vivia sobre ameaça constante nos dias, naqueles meses que ele ficava dentro do DOPS. Eu me sinto emocionada, mas muito orgulhosa de ver um Procurador da República tomando essa iniciativa. Nesse momento eu vejo um empenho em escrever a verdadeira história do Brasil, para que isso não aconteça mais.

Aqui nós estamos entregando três relatórios, como disse o Adriano Diogo. Um é da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Esses três relatórios foram entregues em 1993 para o então Ministro da Justiça que era o Dr. Mauricio Correia, foram entregues a pedido, o Deputado que representava a Comissão de Representação Externa de Buscas era o Nilmar Miranda, e ele pediu as Forças Armadas informações sobre os mortos e desaparecidos políticos. Na época esse documento chegou, nós ficamos, quando nós lemos esse documento, nós sentimos extremamente indignadas por várias razões. Tem informações mentirosas, difamatórias, e tem informações que vários guerrilheiros do Araguaia que nós sabíamos, nós tínhamos recebido informações anteriores que eles tinham morrido em combate, tinham morrido em tal data. Quando nós fomos ler esses relatórios, eles passam por longos meses na prisão, eles são presos e isso está confirmado no relatório, e depois que vão ser assassinados, depois de muitos meses. Hoje é sabido que os guerrilheiros não entraram em combate. Muitos deles não morrem em combate, eles são executados depois de presos, dominados e desarmados.

E o que nos trouxe a essa necessidade de trazer esse documento aqui, nós estamos dando um conjunto para a Comissão Estadual e outro para a Comissão Nacional, porque a gente tem acompanhado os trabalhos da Comissão Nacional e tem visto a dificuldade que a Comissão Nacional tem em encontrar informações a respeito dos desaparecidos políticos. E os Ministérios Militares afirmam que os documentos foram incinerados na época. Só que esses documentos que nós estamos entregando

foram feitos a partir de informações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em 1993, portanto, quase 20 anos após os fatos. Então, nós não podemos acreditar que esses documentos tenham sido incinerados depois de 93, se antes não foram porque estão aqui as informações.

E antes de entregar eu tenho que ler uma carta do Bernardo Kucinski que é filho de Ana Rosa Kucinski, que a época, conforme foi publicado essa documentação, ele foi pego de surpresa e ficou muito indignado porque tem informações que são difamatórias a ele e a irmã dele. E ele pediu para que eu lesse hoje aqui.

‘Tortura ontem e hoje’, essa carta foi publicada no Painel do Leitor no dia 15 de dezembro de 1993.

‘Há 19 anos sofro com o desaparecimento de minha irmã, Ana Rosa Kucinski e seu marido, Wilson Silva, ativistas da ação libertadora nacional, presos pela repressão em São Paulo e levados para a Casa Prisão de Petrópolis onde foram esquartejados conforme o depoimento do Ex-Sargento Manoel ou Marival Chaves, na revista Veja de 18 de novembro de 93 e outros testemunhos. Seu jornal, em matéria de Mario Simas Filho deu grande destaque a um trecho de relatório da Marinha que diz ter sido minha irmã morta pela CIA e não pela repressão doméstica. Para vender a mentira a Marinha alega que tanto ela quanto eu passávamos informações sobre o avanço da tecnologia nuclear brasileira para Israel. Nem o repórter nem o jornal deram o cuidado de verificar as acusações. Ao endossá-las no título e intertítulo contribuíram na difamação de uma morta e de um jornalista conhecido, Professor de jornalismo de muitos jovens que hoje trabalham na Folha. Não consultaram a parte do outro lado que ainda vive, nem a documentação do caso Ana Rosa e Wilson Silva. Lamento que um Deputado do Partido a que pertenço, Nilmar Miranda do PT de Minas tenha tão ingenuamente disseminado relatório da Marinha através de um repórter inexperiente sem antes confrontá-lo com as informações dos familiares desaparecidos. Além dos danos morais ao dano político o relatório infame da Marinha resultou de um ano de tratativa com as Forças Armadas para por um ponto final ao contencioso moral entre as Forças Armadas e os familiares fornecendo as famílias informações conclusivas e fidedignas a respeito dos seus mortos e desaparecidos. Ao insistir na desinformação e difamação das vítimas da repressão, a Marinha ao contrário, alimenta o contencioso. Por isso o relatório não poderia ter sido

aceito pelo seu valor de face. Senhor Editor, não tenho sequer onde venerar a memória da minha irmã, pois seus restos foram espalhados não se sabe onde. Não posso pedir a punição dos seus assassinos, pois foram anistiados coletivamente por antecipação, agora tenho que pedir que não tirem dela o direito de ter morrido como ativista da ação libertadora nacional. Parem de torturar. Tortura, nunca mais. Bernardo Kucinski.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Bom, está uma delegação da Química da USP aqui, de Professores e alunos, e o Fabio Franco do Fórum Aberto vai ler um documento para que todos possam ouvir esse testemunhal, para a Comissão Nacional da Verdade sobre o caso Ana Rosa Kucinski. Com a palavra o Fabio.

**O SR. FABIO FRANCO** – Excelentíssimo Senhor Deputado Adriano Diogo, excelentíssima Rosa Maria Cardoso, em nome de quem saúdo todos os componentes da mesa assim como os Senhores e Senhoras neste auditório.

O Fórum Aberto Pela Democratização da USP lançou no primeiro semestre deste ano a campanha...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Só queria um minutinho. Doutor Mário Sérgio está pedindo licença para se retirar. Como essa leitura é muito importante, eu queria que você retomasse para a gente poder dar toda a atenção. Obrigado.



**O SR. FABIO FRANCO** – O Fórum Aberto Pela Democratização da USP lançou no primeiro semestre deste ano a campanha por uma Comissão da Verdade da USP, que hoje conta com milhares de assinaturas de docentes, funcionários, alunos, apoiadores em geral. Expressão de um efetivo da comunidade acadêmica pelo desvelamento das estruturas autoritárias de poder que se desenvolveram e se consolidaram desde 1964 e ainda existem na USP.

No próximo dia sete de novembro em um grande ato encaminharemos essas assinaturas do Conselho Universitário juntamente com a nossa proposta de criação de uma Comissão da Verdade da USP verdadeiramente autônoma e formada por membros eleitos democraticamente pelas três categorias da universidade.

Hoje quando a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva formalizam seu compromisso de cooperação, o Fórum pela Democratização da USP reitera seu esforço no sentido de criar uma Comissão da Verdade da USP que trabalha em estreita articulação com as Comissões Nacional, Estadual e Municipal da Verdade, comprometendo-se a lhes encaminhar os seus relatórios bem como qualquer documento que possa ser fundamental para o desenvolvimento das suas respectivas investigações.

Nós do Fórum Aberto pela Democratização da USP estamos certos de que a USP não constituiu um espaço incólume à ditadura militar. Ao contrário, por ser a maior e a mais importante universidade do país a época, a USP foi palco privilegiado da repressão política cujos efeitos ainda fazem sentir seja nos regimentos que normatizam a vida acadêmica, seja na estrutura de poder da universidade. Por isso a criação de uma Comissão da Verdade da USP contribuirá para uma avaliação mais precisa dos impactos indeléveis da ditadura na organização do ensino brasileiro, nos destinos da pesquisa no país assim como na restrição da liberdade intelectual. Assim, para que a memória e a verdade sobre a USP sejam trazidas a luz, para que se faça justiça a aqueles muitos que resistiram na USP à ditadura brasileira, como foi o caso da Professora Ana Rosa Kucinski cuja demissão por abandono de cargo até hoje vergonhosamente não foi revista pelo Instituto de Química, solicitamos o imprescindível apoio das Comissões

Estadual e Nacional da Verdade a campanha pela criação de uma Comissão da Verdade da USP. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Ainda sobre o tema Ana Rosa Kucinski, eu queria convidar a Professora Elisabetta Santoro da ADUSP, para fazer uso da palavra.

**A SRA. ELISABETTA SANTORO** – Obrigada. Eu falo em nome da Associação dos Docentes da USP, que também participa do fórum aberto pela democratização da USP, e está presente nesse ato de assinatura do acordo entre a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Estadual da Verdade para saudar todos os presentes e externar seu total apoio a essa iniciativa. A ADUSP espera que esse acordo acelere a busca da verdade histórica e das correspondentes atribuições de responsabilidade no tocante as gravíssimas violações de direitos humanos perpetrados agentes da ditadura militar no nosso Estado. E em particular em apurar tudo que diz respeito às perseguições e violências ocorridas no âmbito da USP durante o período ditatorial.

E 47 pessoas com algum vínculo com a USP, docentes, alunos e ex-alunos foram assassinadas por órgãos da repressão política e várias delas ainda se encontram desaparecidas. Algumas, como a Professora Ana Rosa Kucinski e o Professor Vladimir Herzog, além de executadas por torturadores do DOI-CODI tiveram a sua memória (ininteligível) pela Universidade. Esse ultraje ainda não foi reparado. Por isso consideramos fundamental que seja também criada uma Comissão da Verdade da USP que possa também ajudar a esclarecer esses fatos. É hora de desvendar os crimes da ditadura militar e responsabilizar os seus autores intelectuais. Tenho certeza que as Comissões da Verdade e também a Comissão da Verdade da USP levará a luz para a

história para que também nosso presente e nosso futuro possam ser diferentes. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – A Karitas, essa estudante Karitas Gusmão do Centro Acadêmico da Química, que eu não me lembro o nome que era um nome alemão tão complicado. É Humboldt alguma coisa.

**A SRA. KARITAS GUSMÃO** – Gostaria de agradecer o convite. Eu vou contar um pouco da história da Ana Rosa Kucinski. Ela era formada em Química e fez doutorado em Filosofia. Ela era Professora do Instituto de Química e militante do ALN. Ela desapareceu em 1974. Um ano depois houve uma reunião do Instituto de Química e eles decidiram que ela seria demitida por abandono de cargo. O fórum aberto por democratização da USP fez um ato em agosto lá no Instituto de Química que um conjunto de auditórios lá no Instituto que é conhecido como ‘queijinho’ fosse nomeado para Complexo Ana Rosa Kucinski. Além disso, eles solicitaram também que fosse revogada a demissão da Ana Rosa. Em seguida houve uma reunião da Congregação onde os presentes disseram que não é hábito do Instituto nomear os auditórios de lá e, portanto o Complexo Ana Rosa Kucinski não é um nome oficial. E quanto à demissão, eles citaram uma Lei de 1995 onde consta o nome da Ana Rosa da lista oficial de desaparecidos do Brasil. por conta dessa Lei eles falaram que não cabe ao Instituto revogar a demissão dela, porque teoricamente a Lei já teria feito esse papel.

No entanto, o que deseja o Centro Acadêmico e eu como representante discente da Congregação é que o Instituto de Química e a Congregação atual se retratem oficialmente e tome medidas de reparações simbólicas, em respeito à memória e a dor da família da nossa Professora. É isso. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Então, para concluir esse caso Ana Rosa, o Ivan vai fazer a leitura de um documento a ser entregue a Comissão Nacional para que a Comissão Nacional oficialmente possa pedir a Reitoria da USP e ao Instituto de Química a reintegração da Professora Ana Rosa Kucinski.

Ivan.

**O SR. IVAN SEIXAS** – A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. São Paulo, 12 de outubro de 2012. Ofício 02/2012. Aos cuidados do Professor Titular Fernando Reis Ornellas, Presidente da Congregação do Instituto de Química da USP, com cópia Professor Titular João Grandino Rodas, titular da Universidade de São Paulo. Requerimento de providências referente ao caso Ana Rosa Kucinski. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, juntamente com a Comissão Nacional da Verdade conforme termo de cooperação por ambas assinadas e tendo em vista as suas atribuições regulamentares e legais, vem respeitosamente expor e requerer o que segue em relação à ex-professora abaixo qualificada. Ana Rosa Kucinski nasceu em 12 de janeiro de 1942, na cidade de São Paulo. Graduou-se em Química e concluiu o seu doutorado em Filosofia, ambos os cursos na USP. Sua vocação acadêmica tornou-se uma das mais jovens Professoras do recém-constituído Instituto de Química da USP, criado na década de 70. No dia 22 de abril de 1974 Ana Rosa foi vista pela última vez nas proximidades da Praça da República em São Paulo. Desde então, desapareceu junto com o seu marido, o físico Wilson Silva. Nunca mais foi vista. Tendo conhecimento das violências praticadas pelo regime ditatorial então vigente, a família desenvolveu uma busca incessante de Ana Rosa, junto aos órgãos repressivos e governamentais, visando a sua localização. Contudo o Estado brasileiro sempre negou qualquer responsabilidade sobre o desaparecimento. O caso tornou-se tão emblemático das graves e fatais violências

ocorridas no período que a Lei número 9.140 de 1995, Lei Federal incluiu o nome de Ana Rosa Kucinski Silva na lista oficial das 136 pessoas que teriam desaparecido ‘em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas entre 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que por esse motivo tenham sido detidas por agentes públicos achando-se desde então desaparecidas, sem que delas haja notícias’. Documento em anexo. Passados 20 anos do desaparecimento, o Estado brasileiro finalmente reconheceu expressamente a sua responsabilidade. No entanto na USP a versão oficial ainda não é a do desaparecimento forçado de Ana Rosa. Um processo instaurado pela Reitoria em 1974 sob número 174899 pleiteava a rescisão do vínculo funcional de Ana Rosa por abandono de função, hipótese prevista no Inciso 4º do Artigo 254 do regime da USP. Recordar-se que 19 meses do desaparecimento de Ana Rosa a Congregação do Instituto de Química reuniu-se em sua 46ª reunião mensal no dia 23 de outubro de 1995. Na pauta encontrava-se o pedido da Reitoria de análise da situação de Ana Rosa, tendo sido aprovada a demissão da Professora decorrente do ‘abandono de função’ por 13 favoráveis e dois votos em branco. Dois dias depois a demissão da Professora foi publicada no Diário Oficial por ato do Governo do Estado, Paulo Egídio Martins, conforme relato de seu irmão Bernardo Kucinski no livro K, editora Expressão Popular, São Paulo 2012. Considerando, portanto os fatos narrados, as competências e atribuições legais da Comissão Nacional da Verdade previstas na Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011 bem como da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, previstas na Resolução 879 de 10 de fevereiro de 2012, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, as mencionadas Comissões requerem respeitosamente a Congregação do Instituto de Química, casa de Ana Rosa Kucinski Silva que reveja publicamente a decisão anterior que identificou no caso a ocorrência de abandono de função. É necessário e urgente que consagremos uma versão da história condizente com os fatos e com a dignidade dessa jovem Professora que lutou prussicamente por uma sociedade mais justa e uma universidade mais democrática. Apesar de o Reitor Flávio Favaro de Moraes ter determinado o cancelamento da pena de dispensa, rescisão contratual por abandono de serviço conforme Despacho de 18 de julho de 1995 publicado no Diário Oficial de São Paulo de 27 de julho de 1995, conforme informado pela chefia de gabinete da Reitoria, um ato formal de revogação não é suficiente. É preciso que o Instituto de Química reveja publicamente essa decisão, reparando simbolicamente a família de Ana Rosa. Reiteramos assim o pedido

encaminhado a esse colegiado pelo Fórum Aberto pela Democratização da USP no dia 28 de agosto de 2012. A medida simbólica pleiteada será certamente de inestimável valia para garantia do direito a verdade e a memória histórica do nosso país. Cópia do presente ofício segue ao gabinete da Reitoria da USP para a ciência e as providências que entenda cabíveis. São Paulo, 17 de outubro de 2012. Comissão Nacional da Verdade, Rosa Maria Cardoso da Cunha, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, Deputado Estadual Adriano Diogo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Então foi feita a oficialização para Comissão Nacional e Comissão Estadual da entrega de um documento pedindo a reintegração da Professora e o reconhecimento dela enquanto Professora da USP. Nós já vamos para a conclusão dos trabalhos, mas antes da Amelinha falar da retificação do atestado de óbito dos desaparecidos políticos, eu queria abrir a palavra para uma pessoa que veio de Bauru, onde Bauru foi um entroncamento ferroviário, o maior entroncamento ferroviário do país. E lá um grupo de ex-ferroviários, Professores e militares que resistiram à ditadura organizaram a primeira Comissão Municipal da Verdade. Então, é muito importante nesse momento, o Politi esteve lá, o Professor da UNESP Clodoaldo fez seminários e eu queria abrir a palavra para o Capitão Pitoli , uma das pessoas que luta incessantemente em Bauru para que essa memória dos trabalhadores, as pessoas que trabalham e moram não seja esquecida lá em Bauru. Representando a Comissão Municipal em nome de outras Comissões que o Capitão Pitoli usasse da palavra, e agradecer todo o trabalho que está sendo feito lá.

**O SR. PITOLI** – Boa tarde a todos, e ao Deputado Adriano Diogo, companheiro de lutas, Doutora Rosa, membros da mesa, meu irmão, amigo, camarada de fé Ivan Seixas, Politi aqui presente, meus amigos, minhas amigas. Alípio Freire de quem eu não consigo me separar nunca...

Eu gostaria de dizer para vocês que nós lutamos bastante para conseguir montar a Comissão da Verdade lá de Bauru e que o apoio e o pontapé mais forte dado naquela bola foi pelo Adriano Diogo, nosso Deputado, quando lá estive na segunda jornada de direitos humanos que nós promovemos então. E por lá passou a Caravana da Anistia, e bebemos muita política o que fazia falta para o nosso interior já fazia algum tempo.

Eu vim de abelhudo, eu vim de intruso porque vim querendo pegar, apoiado por unanimidade pelos membros da nossa Comissão Municipal, para pedir para a nossa Doutora Ana Rosa e o Deputado Adriano Diogo que façamos o mesmo pacto que vocês acabaram de estabelecer, e que estabelecêssemos então com a Comissão Municipal da Verdade de Bauru. Nós temos necessidades de informação de órgãos diferenciados superiores, e precisamos disso. Uma delas diz respeito a um decreto emanado do Governador Geraldo Alckmin dando o nome de Jair Romeu para o Instituto Médico de Bauru e nós não aceitamos isso porque há acusações sérias e pesadas relativamente a Jair Romeu foi um técnico de IML aqui e que trabalhava e operava manuseando dados de necropsias feitas, falsificando documentos e nós não admitimos que isso ocorra na nossa cidade, queremos assinar esse convênio efetivamente para mudar aquele nome de lá. Obrigar o Governador a tirar aquele nome de lá. Lá nós não aceitamos esse nome.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Pitoli, repete mais devagar para todo mundo poder entender, a gravidade dessa nomeação, por favor. Dê mais ênfase. Pode repetir mais devagar. Por favor, Pitoli, repita.

**O SR. PITOLI** – Obedecendo as ordens do meu Presidente, digo, por decreto, por ato governamental do atual Governo do Estado, um instituto médico de Bauru recebeu o nome de Jair Romeu.

Informações que nós temos, porque nós estamos atrás de documentos, por isso esse contato, esse acordo de recuperação com a Comissão Estadual visa recuperar esses dados para nós para que possamos montar um processo e esse fato político é muito importante e tem que ser urgente. Queremos tirar esse nome do IML colocado lá contra a vontade do nosso povo de lá, porque ninguém sabe o que é aquilo, ninguém sabe o que aconteceu. E substituímos esse nome pelo nome da Maria Lúcia Petit se fosse possível, uma guerrilheira morta no Araguaia, bauruense, ficou muito tempo desaparecida e a gente fica emocionada em falar nela e nos irmãos q ainda não foram encontrados. Gostaríamos muito de fazer esse relatório e encaminhar para a Comissão Estadual, para a Comissão Nacional como o nosso primeiro fato lá. Mas outros já estão vindo, nós estamos levantando documentação acerca da Frente Anti Comunista, FAC, estabelecida em bauru e comandada por um elemento do Ministério Público da época, um Promotor de Justiça que saía de metralhadora nas mãos. Não sei onde ele arrumava poder para ter essa metralhadora. Que saía com arma do Exército nas mãos, com crianças, era aliciador de crianças porque com 16, 17 anos, dando tiro no meio de mato, e prendendo gente 'porque eu quero prender' e tal. Então, nós estamos levantando fatos.

Temos mais outro fato, um nome dado por uma rua de alguém que não merece estar lá esse nome. Nós não estamos querendo discutir Avenida Castelo Branco, Parque Geisel, não queremos discutir isso. Nosso objetivo é outro ainda, porque isso o buraco é mais em cima. Mas estou aqui para isso, agradecer a gentileza das Comissões do Estado e Comissão Nacional. E pedir para que façam esse convênio conosco para que possamos trabalhar juntos. Temos muito mais informações para passar para vocês e estamos atuando com bastante celeridade, bastante força e contamos com o apoio de vocês. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Então vamos tratar de fazer um convênio com a primeira Comissão Municipal do Estado de Bauru, um convênio com a estadual e a nacional para a recuperação da memória, principalmente da luta dos ferroviários que foi o primeiro grupo atingido em 64 no AI1, foi o primeiro



grupo atingido. Só para eu organizar, tem duas pessoas inscritas para falar antes do encerramento. Tem o jornalista Antonio Carlos Fon e o Marcelo Zelic. Eu só queria falar uma coisa, a editora que fez o livro do Professor Bernardo Kucinski com a vida da Ana Rosa mandou cerca de 20 exemplares que estão com a exposição aqui no plenário, aqui no auditório tem o livro do Bernardo Kucinski, o K, que conta a história de toda a família Kucinski. E a Fundação Macuco também disponibilizou exemplares do livro 'Vala Clandestina de Perus, desaparecidos políticos um capítulo não encerrado', e a história do Jair Romeu está dentro desse livro. Vamos lá.

E tem a exposição fotográfica da Fundação Macuco que é a exposição Vala Clandestina de Perus que estão nos painéis aí fora, que foram colocados com alguma resistência, mas conseguimos colocar os painéis da vala de Perus, tem um folder que a Fundação distribuiu.

Deixa só eu consignar a presença de todas as pessoas que vieram. O Anivaldo Padilha, o Américo Gomes e o José (ininteligível) da Comissão de Presos e Perseguidos Políticos da Ex-Convergência Socialista. Professora Elisabetta já falei, Antonio Carlos Fon, representante do Comitê Paulista da Verdade, Memória e Justiça, o Fabio que falou, que é do Fórum Aberto Pela Democratização da USP, Mané Bahia do PSTU, Rosalina Santa Cruz, Alípio Viana Freire no Núcleo Memória, Maurice Politi, e por que não dizer essa equipe, (ininteligível) Ministro Paulo Vanucchi deram uma contribuição muito grande para a justiça de transição que desembocou e desaguou na Comissão da Verdade. Com a palavra o jornalista Antonio Carlos Fon. Lauro Ávila também, e o Carlos Ungaretti. Com a palavra o jornalista Antonio Carlos Fon.

**O SR. ANTONIO CARLOS FON** – Boa tarde a todos. Eu represento aqui o Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça, e tenho inicialmente um convite a fazer. No dia dois de novembro, Dia de Finados as 10 e 30, o Comitê Paulista, as Mães de Maio, o grupo ecumênico da zona leste e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos estarão promovendo um ato ecumênico em memória dos nossos mortos e

desaparecidos junto ao Cemitério de Vila Formosa na quadra 047 que é onde está a vala onde foram enterrados os muitos dos nossos companheiros.

No dia dois de novembro as 10 e 30 no Cemitério de Vila Formosa, quadra 47 que é onde está a vala. O ato ecumênico será celebrado por religiosos de vários credos, e conta com o apoio do CONIC, o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs, e de outras entidades.

Eu queria aproveitar, no entanto, esse não é, porém o único motivo da minha presença aqui hoje. Nós do Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça, unido à presença ecumênica do meu companheiro Anivaldo Padilha, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, o Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, o Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, e a Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura, ACAT Brasil, vão entrar nos próximos dias, vão entregar nos próximos dias ao excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ao excelentíssimo Sr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador Geral da República, e com cópias para excelentíssima Senhora Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos Maria do Rosário Nunes, e a Procuradora Chefe da Procuradoria Geral da República da Terceira Região, com o pedido, a notícia crime que, se vocês me permitem, eu gostaria de ler.

‘Basta de horror e extermínio em São Paulo. Diante da escalada de assassinatos cometidos no Estado de São Paulo por policiais militares e das ameaças dirigidas a jornalistas que, por dever de ofício, denunciam as violações de direitos humanos que vêm sendo cometidas, o Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça e entidades a ele associadas dirigem-se a Vossas Senhorias para fazer as seguintes considerações.

Não existe pena de morte no Brasil. No entanto, ela vem sendo sistematicamente aplicada pela Polícia Militar de São Paulo e por grupos de extermínio a ela vinculados. De janeiro a agosto de 2012 a PM de São Paulo matou 338 pessoas (média de 42 mortes por mês), segundo a própria Secretaria da Segurança Pública. Somente em agosto foram 67 mortes, 80% a mais do que no mesmo período de 2011. Nesses números já alarmantes não estão computados os assassinatos atribuídos a grupos de extermínio compostos, segundo fartos relatos da mídia, por policiais militares, que agem livremente e que são comandados ou tolerados por oficiais PM. Um tenente-

coronel da própria PM que investigava os crimes de um desses grupos foi assassinado por um policial militar em 2007. Mais recentemente, os grupos de extermínio voltaram a agir com desenvoltura na Baixada Santista e na Grande São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo não consegue conter o crime organizado. E aqui eu faço parênteses para lamentar que também o Ministério Público Estadual não esteja investigando esses crimes.

Por isso, em resposta às ações de criminosos contra policiais, ao invés de agir mediante ações de inteligência policial para desarticular as quadrilhas e capturar os criminosos, tem estimulado a retaliação violenta da PM às populações de regiões periféricas. O saldo das incursões policiais e ocupações de bairros periféricos com imposição de toque de recolher e detenções ilegais tem sido a matança de civis inocentes e de supostos suspeitos. Jornalistas que noticiam esses acontecimentos vêm sendo ameaçados. O repórter André Caramante, do jornal Folha de S. Paulo, e sua família tiveram de deixar o país em razão das ameaças recebidas, muitas das quais foram postadas em endereço digital pertencente ao Tenente Coronel reformado Adriano Telhada, Ex-Comandante da ROTA, batalhão da PM responsável por diversas chacinas nos últimos anos. A repórter Lucia Rodrigues, da Rede Brasil Atual, também tem sofrido ameaças. Diante de tal situação, este Comitê propõe que sejam adotadas as providências legais cabíveis, sejam elas as medidas que a Constituição Federal prevê nos seus Artigos 109, por grave violação de direitos humanos e 34 para garantir a observância dos direitos da pessoa humana, ou quaisquer outras recomendadas em Lei em defesa do direito a vida. Este Comitê manifesta ainda a sua opinião de que é urgente o atendimento da recomendação da Conferência Nacional de Direitos Humanos de 2008, da Conferência Nacional de Segurança Pública de 2009 e mais recentemente da Organização das Nações Unidas, de que sejam extintas as Polícias Militares. Atenciosamente, São Paulo, 17 de outubro de 2012.

Senhores, eu lamento muito ter que vir aqui ler essa notícia crime que vamos entregar nos próximos dias as autoridades, porque ao longo dos últimos 30 anos pelo menos nós temos repetido que é preciso que não se esqueça para que nunca mais aconteça. E, no entanto está acontecendo. Está acontecendo novamente, está acontecendo nesse momento no Estado mais rico desse país. Está acontecendo por

desídia das autoridades estaduais. Está acontecendo porque o Senhor Governador do Estado por ação e omissão aprova esse tipo de comportamento. Está acontecendo e nós não podemos permitir que aconteça. Está acontecendo com os mesmos métodos dos DOI-CODI. São os laudos falsos de resistência a prisão, as mesmas formas de financiamento por empresários das máquinas de tortura, do grande esquadrão da morte, da grande milícia em que se transformou a Polícia Militar paulista por estar a serviço hoje de associações de comerciantes, fato que, aliás, foi oficializado pelo Governo do Estado através de acordos que colocam não só oficializa o chamado 'bico' dos policiais, mas coloca esses policiais fora do seu horário de trabalho a serviço dos comerciantes. E é isso que está levando a essa chacina de jovens pobres e negros da periferia de São Paulo. O Senhor Governador do Estado de São Paulo tem as mãos sujas de sangue. E nós queremos que ele seja investigado. E se comprovado a sua atuação, que haja como prevê a Constituição Federal, uma intervenção no Estado de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Não é objeto da nossa reunião, mas eu acho que foi importantíssima essa contribuição do jornalista Antonio Carlos Fon. Que a gente faça uma salva de palmas em homenagem ao jornalista da Folha de São Paulo André Caramante que teve que se auto exilar com a sua família, ir para o exterior, em função do seu trabalho profissional, do exercício profissional e das matérias que publicou na Folha incitadas por esse Senhor que foi eleito Vereador pelo PSDB de São Paulo. Peço uma salva de palmas ao jornalista Andre Caramante.

Agora nós vamos para o encerramento. O Marcelo Zelic fala, aí a Criméia vai falar sobre os atestados de óbito e a gente vai para o encerramento para que a todo mundo possa organizar o tempo porque a cerimônia já está muito longa. Com a palavra o Marcelo Zelic.

**O SR. MARCELO ZELIC** – Boa tarde a todos. Adriano, Dra. Rosa Cardoso e os demais membros da mesa. Eu pedi a palavra para levantar uma questão com relação a uma sugestão para a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, e colocar um pouco sobre o que a gente tem visto com relação à pesquisa, povos indígenas e a ditadura militar, subsídios da Comissão da Verdade, 1946-88.

O tema que começou com um contato de um pessoal indígena ao grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo tem se mostrado uma grande surpresa o volume de violações de direitos humanos que ocorreu no Brasil ao longo desse período, não só na ditadura militar, ao longo desse período. Enquanto por exemplo, a Ana Rosa, Wilson Silva e os demais companheiros se batiam nas cidades, ou a turma do Araguaia lá dentro da mata para tocar uma resistência, o interior do país fervia em violência. Fervia em massacres em forma de assassinatos de lideranças e também de aldeias inteiras para se poder desenvolver remoções forçadas, para se poder desenvolver os projetos grandiosos de desenvolvimento do país, a ponto de na questão indígena vários antropólogos indigenistas viverem em crise de consciência com relação ao seu trabalho de aproximação com os índios que deveriam ser apaziguados, pacificados, porque eles se sentiam verdadeiros coveiros. A partir do primeiro contato o que se seguia ali, os Avá Canoeiros e vários outros povos foi um massacre sistemático, uma redução de população indígena do Brasil que tem se mostrado, Dra. Rosa Cardoso, também um dos temas que não é um apêndice dentro da Comissão da Verdade, mas sim algo que vai brotar de um profundo desconhecimento da grande maioria da população com relação ao que passou com os índios e quiçá a gente logre mexer nesse assunto, ir a fundo nele, poder com isso proporcionar os povos indígenas, as nações indígenas que sofrem. As perseguições, as mesmas perseguições, os mesmos assassinatos, o mesmo tipo, por exemplo, recentemente saiu a notícia e o Estado brasileiro está tendo que responder com isso junto com a Venezuela de uma aldeia inteira indígena Yanomamis que foram massacrados por garimpeiros brasileiros na fronteira com a Venezuela, e os métodos usados estão descritos no discurso de um Deputado da Arena de 1967 aonde ele conta o mesmo modo operante. Acho que o Fon foi muito feliz de contar o que se passa em São Paulo hoje, porque de fato a gente tem isso.

Quando a gente sabe que esse tema é um tema tabu não sociedade. É um tema em que as forças que promoveram isso tendem a deixar esse assunto embaixo do pano. A gente vê, por exemplo, uma discussão na imprensa sobre o caso dos Waimiri Atroari em que até um membro da Comissão da Verdade inadvertidamente espero, chegou a dizer que o caso não seria apurado porque casos de rodovias não se trata de um confronto com o Estado. Imediatamente a gente encaminhou a Maria Rita Kehl que cuida do caso, uma foto de um documento produzido para a TV Brasil, uma foto de um bombardeamento.

Existe a maloca do Waimiri e uma coluna de fumaça de quase 10 metros de uma bomba que foi atirada de cima de um avião lá na região para abrir a BR174. Ali morreram e desapareceram mais de dois mil Waimiri. O Antonio Carlos Fon faz um registro disso em livro, e nós localizamos várias fotos com isso e já enviamos a Comissão da Verdade.

Na questão da Comissão da Verdade Estadual eu queria propor que a exemplo da Comissão Nacional da Verdade, se a gente pudesse ter um eixo indígena de trabalho, porque já temos denúncias de sete cadeias clandestinas espalhadas pelo Brasil, aonde índios que resistiam ao trabalho, resistiam a toda essa política de desenvolvimento. A questão da fronteira agrícola, dos grandes projetos, eles eram presos e encaminhados a esses lugares onde eles viviam sob-regime de trabalho escravo, forçado, e viviam sobre a base do tacão, da porrada, do isolamento, a ponto de ter descrições de dois índios que tiveram que passar no isolamento de um mocó dentro do KRENAC durante vários dias. Ao tirarem eles do isolamento esses índios saíram em uma desembestada para o mato. Podiam ter tomado tiros pelas costas, mas saíram loucos da vida por terem passado aquele tempo preso daquele jeito, apanhando e tudo mais.

Nós temos tortura, desaparecimento forçado e o que é fundamental, os Guarani Kaiowá que vivem no Mato Grosso do Sul, uma situação deplorável de direitos humanos, uma alienação do Governo Federal em relação ao que se passa com eles, a gente tem, eu recebi em casa a coleta de um depoimento, Valdelice Veron, filha do Cacique Marcos Veron assassinado em 2003, cujo pai foi assassinado, cujo avô foi assassinado, uma família de Caciques cujo avô foi assassinado no mesmo dia e um outro irmão assassinado recentemente. Ela mesma ameaçada de morte. Ela descreveu e

esse material foi entregue decoupado, sistematizado as violações de direitos pertinentes a Comissão da Verdade e as de hoje no tempo da democracia, a gente listou mais de 30 ocorrências no depoimento dela, aonde ela narra, por exemplo, o desaparecimento forçado da família de um parente seu que foi preso seis vezes na cadeia de Ilha do Bananal, e depois na sexta vez ele e a família inteira desapareceram. Vários casos de aldeias inteiras desaparecidas onde os agentes que faziam isso eram pessoas ligadas à segurança privada dos fazendeiros e as pessoas vestidas de farda que iam lá. Estupros e vários outros tipos de casos.

Então, eu venho aqui em nome do Tortura Nunca Mais, Comissão de Justiça e Paz, Associação de Direitos Pela Democracia, e o trabalho de sistematização do Armazém Memória, colocar a necessidade de que esse tema não seja um apêndice dentro da Comissão da Verdade. Talvez seja um dos temas mais importantes a aparecer, porque é um tema encoberto pela sociedade. É um tema tabu, um tema escondido porque mexe com madeireiros, seringueiros, mineradoras, latifundiários, com Forças Armadas e políticas de Estado. Então, não me assusta, por exemplo, as pessoas responderem a pressão dizendo, vamos fazer casos exemplares do assunto porque é muito amplo. Eu acho que é uma grande derrota para o país a gente se fixar em uma questão tão séria como a violação dos direitos humanos dos indígenas do Brasil. uma população que segundo Darci Ribeiro, em 1963 havia 300 mil pessoas, e eu estou checando esse número e é muito difícil porque o IBGE nunca tabulou índio.

Em 1968 são apontados em discursos de Deputados 80 mil pessoas. O que nós estamos falando? Para esse estudo nós levantamos e mapeamos as Comissões de Educação, a Comissão, Dra. Rosa Cardoso, está no Congresso Nacional e nós temos três CPIs feitas ao longo desse tempo de 46 a 88 que poderiam dar informações sobre o assunto, que precisam ser digitalizadas, totalizando ali em torno de 25 mil páginas de documentos, nós temos um volume de material no Museu do Índio. Recentemente foi localizado um documento perdido, conseguimos localizar um documento perdido há mais de 45 anos cujo é resultado da Comissão de Investigação do Ministério do Interior, de 1967, 68. Essa Comissão apontou tanto a corrupção financeira do antigo e extinto serviço de proteção ao índio quanto às violações de direitos humanos que aconteciam

ali, inclusive narrando determinados instrumentos de tortura que nunca foram narrados no Brasil Nunca Mais que eram usados no Rio Grande do Sul.

Então, nós temos uma situação que botaram fogo no Ministério da Agricultura para queimar as provas referentes à corrupção de dinheiro e desapareceram com o AI-5 do Relatório Figueiredo. Hoje encontramos esse relatório e estamos trabalhando em cima dele. Já conversei inclusive com o Adriano que nós precisamos digitalizar esse material com muita urgência, porque é um material único, original e de muito risco e já foi penteado pela FUNAI antes de vir para cá ou por outro órgão antes de ser entregue onde ele está depositado.

Então, eu queria deixar aqui essa questão dos indígenas como um esforço para que o Brasil, na Comissão da Verdade nesse período, passe a limpo sua história inteira e não trate essa questão indígena como um apêndice, como um ponto menor dentro da Comissão da Verdade. E que a Comissão Estadual, a gente possa desenvolver um eixo específico indígena, porque das sete cadeias clandestinas indígenas que a gente tem indícios dela, porque ainda é fase de indícios, estamos levantando e mapeando, temos que trabalhar com muita seriedade, muita calma com isso antes de dizer, duas delas se encontram no Estado de São Paulo. Uma delas foi uma das principais cadeias indígenas, a Valdelice Veron fala que vários parentes seus da etnia guarani kaiowá foram presos e enviados aqui para duas cadeias. Isso de 46 a 67 quando depois o KRENAC em Minas Gerais vira a cadeia principal da ditadura, isso coordenada pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Então, é isso que eu tenho para falar, fica a sugestão. O trabalho é um trabalho conclamativo. E a gente conclama a todos para que possam colaborar. Eu me esqueci de colocar aqui recentemente a Koiononia com o Padilha e o pessoal que participa da Instituição aderiu ao trabalho e vão levar esse trabalho junto ao Conselho Mundial de Igrejas para que a gente possa, como o Brasil Nunca Mais desenvolveu o seu trabalho, desenvolver a partir dessa metodologia uma leitura colaborativa desses documentos, extraindo de dentro deles todas as violações de direitos humanos contra a população indígena na esperança de que isso possa servir para coibir e mudar a atitude dos fazendeiros, dos Governos, das políticas que estão sendo desenvolvidas com relação à questão e o critério de desenvolvimento. Não é possível que os indígenas hoje



continuem sendo abatidos à bala, como se fossem bichos, como se tem acontecido em várias partes do Brasil. o caso Potiguara, por exemplo, onde há um mês e meio, dois, o Cacique Potiguara Genivan foi assassinado com dois tiros na cabeça que acabou de fazer a retomada de suas terras. Terras essas que foram desmembradas pelas Forças Armadas na Bahia de Traição, ocupando aquela região e tomando do povo potiguara 14 mil hectares de terra e dando essa terra para os latifundiários, o pessoal que cuida da cana, o pessoal que mexe com minério, desmembrando ali a força, à bala, e (ininteligível).

Sugerimos a inclusão para a Maria Rita Kehl, tanto dos casos guarani kaiowá que é gravíssimo, cujo material já foi entregue ao Ministério Público Federal na pessoa do Procurador Federal de Direito do Cidadão e que hoje encontra-se na sexta Câmara para ser apurado tanto na questão da ditadura militar quanto das violações de direitos humanos feitas durante a democracia. A barbaridade é muito grande. Então, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Obrigado Marcelo. O primeiro fato era a gente pegar o livro do Fon, reeditar esse livro do Fon, trazer a tona. Eu acho que era uma questão muito importante.

Então, para concluir eu queria pedir a Criméia fazer sua fala em relação à documentação, aos atestados de óbito. Só queria dizer uma coisa, Criméia, a assessoria da Comissão para o jornalista e para os demais interessados separou alguns casos de desaparecidos políticos que constam nos relatórios dos militares confrontando alguns dados. É evidente que o original do relatório está à disposição de qualquer pessoa interessada aqui no escritório da Comissão da Verdade, aqui na Assembleia Legislativa. Mas depois da reunião a assessoria vai disponibilizar para os jornalistas e pessoas interessadas evidentemente, alguns casos que constam nos relatórios dos militares e a confrontação das informações. Com a palavra, Criméia.

**A SRA. CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA** – Boa tarde a todos e todas. Eu vou falar sobre a questão dos atestados de óbito que veio a tona com a alteração que foi feita no atestado de óbito do Vladimir Herzog que eu não sei como ficou no final, mas eu acho que dizer que ele morreu em decorrência de maus tratos é muito pouco. Mas foi alterado. Eu acho que tinha que constar, morreu vítima de tortura e onde. Mas eu não sei como ficou porque o meu conhecimento é da imprensa. O que eu li a respeito do João Batista Drummond eu acho que ficou bem melhor porque está escrito que foi vítima de tortura, que veio a falecer no DOI-CODI, 2º Exército em São Paulo. E com essas notícias das alterações dos atestados de óbito também vi uma notícia do representante da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República dizendo o seguinte, que se cogitava alterar todos os atestados de óbito.

Eu acho que nós temos dois tipos de atestados de óbito, um que já poderia estar sendo viabilizado a sua mudança. São daqueles casos que foram investigados pela Comissão Especial, que constava atropelamento, suicídio e outras coisas mais, e que a Comissão julgou porque quem investigou foram os familiares na verdade, e a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos julgou e considerou que foram vítimas do Estado. Morreram em decorrência de ações praticadas por agentes do Estado. Então, esses casos eu acho tranquilo que se mude porque as investigações foram feitas. Mas na questão dos desaparecidos, me preocupa muito. Como vai ser essa alteração? Eu trouxe aqui dois atestados de óbito que eu vou ler, de desaparecidos, como ficaram. Um é de André Grabois, meu companheiro, e que não tem causa morte, não tem quem atestou, não tem nada. Têm observações, registro de óbito lavrado nos termos do Artigo 3º da Lei 9.140 de 04/12/1995 e conforme decisão do meritíssimo Juiz Corregedor Geral da Justiça Dr. Márcio Martins Bonilha, datado de 29 de janeiro de 1996. Andre Grabois desaparecido desde 1973 não deixou testamento, etc. etc. etc.

Ora, como vai mudar isso se a Comissão da Verdade não investigar as causas da morte, onde morreu, etc.?

Um outro que está um pouquinho mais detalhado e se torna mais jocoso falar dele. É a Maria Lucia Petit da Silva, que foi citada aqui. Então, é o seguinte, eles até sabem a data, porque o cartório colocou a data, 16 de julho de 1972 em horário ignorado na localidade que aqui está um erro, que é Grota da Cigana, aqui é Brota da Cigana, na cidade de São Geraldo no Estado do Pará. O atestado de óbito foi firmado pelo Doutor ignorado, CRM ignorado, que deu como causa mortis, ignorado, e o sepultamento foi realizado em cemitério ignorado. Esse aqui, embora a perícia que se faz aqui no Brasil deixa a desejar porque ela não faz com o objetivo de levantar as possibilidades do crime, porque o STF julgou que esses crimes foram anistiados, mas esse caso, ela foi identificada, ela estava em um cemitério que não é ignorado, Cemitério Xambioá, ela foi identificada, ela estava, tinha projétil de arma de grosso calibre, quer dizer, não foi uma morte natural, foi uma morte por arma de fogo. Ela estava envolta em tecido de para quedas em uma região que não têm paraquedistas, não tem nem aeroporto. Existe aeroporto de teco-teco. E continua isso no atestado de óbito. Eu acho que como a gente levantou a questão da Ana Rosa Kucinski e outras questões, essa coisa precisa ser mudada, mas para serem mudadas precisa de investigação. Nós não podemos conviver com atestado de óbito que tudo é ignorado. Ou seja, quem matou essas pessoas em última instância foi a Lei 9.140 de 1995. Quer dizer, não existem culpados e não existem responsáveis. E isso tem que ter um fim e isso que a gente espera da Comissão da Verdade. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Estamos recebendo os dois atestados, de Maria Lucia Petit e dos irmãos. A Criméia entregou Jaime Petit da Silva, Lucio Petit da Silva, Andre Grabois e Maria Lucia Petit.

Idibal, faz uma fala para a Dra. Rosa se preparar para fazer o encerramento. Assim como a Dra. Rosa representou um momento muito importante na vida de tanta gente, o Idibal também representou. Inclusive o Idibal conversou muito com o Edgar de Aquino Duarte no porão do DOPS. Ele estava com escorbuto, estava sem gengiva e a noite ele conversava com o Idibal na grade. Idibal.

**O SR. IDIBAL PIVETTA** – Bom, hoje eu estou com alguns problemas aí, nem queria falar. Mas queria proceder não uma saudação, mas um abraço de boas vindas à companheira Rosa, com a qual nós tivemos oportunidade de conviver no período mais terrível da ditadura militar, e aprendemos com ela uma palavra que hoje foi dita aqui inúmeras vezes, coragem, coragem e coragem. Eu tenho certeza que ela ficou abalada com várias coisas que foram ditas aqui. E eu fiquei muito abalado ao escutar o que está acontecendo com os índios, e aconteceu já com os índios nesse país. Não tinha noção exata, sabia muito vagamente do que acontecia, e isso é uma porrada para dizer assim. É uma porrada, um negócio terrível. Nós estamos levando para a Comissão Nacional da Verdade uma coisa sobre a ABIN, Agência Brasileira de Inteligência, que é um departamento que existe até hoje, e que funciona nas dependências do Palácio do Planalto, passando pelos Governos de Itamar Franco, FHC, Lula, e existe ainda e funciona no Palácio do Planalto. Não estamos procedendo nenhum julgamento de valor da atual Presidente da República. Eu acho que ela como outras pessoas têm que, com o Ministro da Justiça, nosso companheiro, tem que estar sabendo como pode existir nesse ano, nessa atualidade, um departamento que fiscaliza as pessoas, que acompanha telefonemas, faz a seguicção, seguindo as pessoas, que examina a sua correspondência. E esse departamento existe com vários nomes, desde 1948 na época, antes até da época que Monteiro Lobato foi preso. Eu pedi um habeas data em meu nome. Logo no dia seguinte a promulgação da Constituição e esse habeas data veio com os seguintes informes, que eu tinha sido Presidente do Centro Estudantil do Colégio Bandeirantes em 1950.

E de lá vinha 55 páginas até a data do pedido de habeas data. É lógico que é terrível que essa Comissão tenha alguns poderes, e nós confiamos nela. Agora, não pode extrapolar. Então, nós temos que acompanhá-los e saber das suas limitações porque se for por passado, por atitudes, por tomada de posições sem dúvida eles vão caminhar na direção de tudo que está errado. Mas não seria possível em um país de 200 milhões de habitantes. Mas sim uma coisa, a gente tem que dar a essa Comissão, apoio, apoio e

apoio. Porque quando se sente pulsar no peito heróica pancada, deixa-se a folha dobrada enquanto se vai lutar.

Obrigado.

**A SRA. ROSA MARIA CARDOSO** – Adriano, eu agradeço muito você ter chamado o Idibal para falar, eu até queria poupá-lo porque quando você disse que estava me dando um tempo, eu achei que não era justo. Mas eu acho que o Idibal tinha que falar mesmo porque foi uma fala extremamente inspiradora. Eu queria dizer a vocês que eu tomo como interpelações e não como elogios tudo que vocês disseram em tom de elogio ao meu respeito. De coragem. Não é verdade que eu seja uma pessoa tão corajosa. Eu sou uma pessoa que eu levo muito a sério as missões que eu recebo. E quero levar essa também que é essa da Comissão da Verdade,

Queria dizer que eu ouvi com muita atenção tudo que foi exposto aqui, que eu peço ao nosso assessor de imprensa que trabalha tanto, que é tão incansável, a quem eu quero proteger sempre depois das sessões de trabalho que nós temos. Eu vou junto e digo, não fique trabalhando tanto. Almoce, jante, vamos sair. E ele me diz, não, mas eu não terminei meu trabalho. Então, eu digo, está bem, fique.

Mas eu quero dizer que hoje, trabalhe para Brasília. Eu gostaria muito que na cobertura que nós déssemos a essa sessão, ficassem registradas todas as questões que foram colocadas aqui. Ficassem, claro que não vão ficar com a profundidade, com a intenção que essas questões foram colocadas. Mesmo que elas pareçam, aqui eu não vi nenhuma crítica a Comissão da Verdade. Eu vi expectativas, eu vi responsabilidade cobrada, eu não sei como algumas questões são dilemáticas, como a Criméia suscitou aqui. Essa Lei realmente foi uma solução, mas é um grande problema também. Foi uma solução para resolver certas pendências, mas é um problema, um problema que interfere inclusive hoje na ação do Ministério Público quando vai acionar as pessoas por sequestro. Então, nós temos que talvez explicitar a compreensão que deve ser dada a essa Lei.

A Comissão da Verdade talvez deva fazer uma reflexão. Não uma reflexão extensa, mas sobre a compreensão que ela foi uma solução política para tais efeitos, mas que ela não vale para tais outros, obviamente. Porque ninguém pode se sentir enganado por uma solução que é para resolver política, para resolver certos efeitos. Talvez a Comissão da Verdade tenha que pelo menos apresentar a análise a esse problema. A questão está colocada, eu acho que é uma das questões mais importantes que foram colocadas aqui. A questão do massacre das nações indígenas, dos povos indígenas, também eu acho que está assumida pela Comissão. Eu não sei se com toda a força que essa questão exige, porque a Comissão também é uma Comissão de sete pessoas, repartida por mais que tenha as assessorias, mas elas trabalham no ritmo e sobre a dependência desses coordenadores, a questão exigiria talvez um trabalho muito maior. Mas eu posso dizer que a Maria Rita Kehl está muito empenhada nessa questão. Ela está muito interessada nessa questão, ela assume a gravidade dessa questão como uma questão, e nós também da Comissão, eu já imediatamente junto dela, outros convencidos e se dobrando a insistência dela por entender que essa questão é uma questão de violência mais larga, que atravessa. A violência ocorrida durante o regime militar é apenas o capítulo de uma violência constante que vem desde outras épocas, mas isso não significa que nós não tenhamos que apurar a violência cometida durante a ditadura militar e pelos projetos da ditadura durante a questão indígena. Isso não significa que nós não examinemos a questão agora, porque como vocês sabem, a Comissão da Verdade não somente avalia o que aconteceu e divulga o que aconteceu, tem como finalidades essas esclarecer o que aconteceu, mas também faz recomendações. Recomendações sobre o presente. Vocês viram que a Maria Rita mesmo escreveu um artigo sobre essa questão da postura do Governo do Estado em relação às matanças que tem ocorrido aqui. Eu imagino que vocês tenham lido esse artigo.

Então, eu digo a vocês já encerrando a minha fala porque já está tarde e eu não sei se teremos uma reunião menor de trabalho, uma reunião mais operacional, estou disposta, fico até amanhã então não tenho horário para disponibilizar para uma conversa. Mas já encerrando eu quero dizer que recolho todas as questões que vocês nos trouxeram, peço outra vez que na nossa nota, na nossa cobertura sobre essa reunião a imprensa, que essas questões sejam mencionadas. Tenham elas a dificuldade que se

possa imaginar a respeito de sua solução, mas são questões que foram lançadas e que precisam ser discutidas e precisam ser levantadas pela Comissão da Verdade.

Então, eu agradeço muito a oportunidade que vocês me deram aqui de participar da Comissão da Verdade pensando com vocês, sobre esse conjunto de problemas.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Acho que nada mais a dizer, agradecendo a presença de todos e principalmente o trabalho. Eu já vi como trabalha o seu assessor de imprensa. E agradecer toda a assessoria da Comissão. Obrigado. A sessão está encerrada. Obrigado.

\* \* \*